



**ATA 1955ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

1 Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às dezenove horas e
2 quarenta minutos, realizou-se a milésima noningentésima quinquagésima quinta
3 reunião Plenária Extraordinária do Conselho Regional de Psicologia de São
4 Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 22
5 (vinte e dois) conselheiras/os, sendo estes/as efetivas/os e suplentes, a seguir
6 indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Camila Teodoro
7 Godinho, Evelyn Sayeg, Luciana Stoppa dos Santos, Maria das Graças Mazarin
8 de Araújo, Maria Rozineti Gonçalves, Reginaldo Branco da Silva, Suely Castaldi
9 Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed
10 Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira,
11 Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza Damasceno, Márcio Magalhães
12 da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maurício
13 Marinho Iwai, Rodrigo Fernando Presotto e Rodrigo Toledo. **ORDEM DO DIA: I)**
14 **INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as
15 justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Clarice Pimentel
16 Paulon, Fabio Silvestre da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Monalisa
17 Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Beatriz Borges Brambilla, Beatriz
18 Marques de Mattos, Mary Ueta. **1.2) Reunião sobre Projeto da Prefeitura**
19 **Municipal de São Paulo para a Região da Luz e Campos Elíseos**
20 **(Cracolândia)** – O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva informou que
21 o presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP
22 entrou em contato com este Conselho convidando para participar de uma
23 reunião com a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo. Também foram
24 convidados as presidências de outros conselhos profissionais de São Paulo,
25 como Arquitetura e Urbanismo, Fisioterapia e Terapia Ocupacional e
26 Enfermagem, além do responsável pela Câmara Técnica de Psiquiatria. A OAB
27 abriu a reunião informando que a Prefeitura Municipal de São Paulo convocou
28 uma reunião sobre o cenário de uso de drogas na região conhecida como
29 *Cracolândia*. Estiveram presentes, junto ao prefeito da cidade de São Paulo,
30 João Dória, grande parte do seu secretariado envolvido nas políticas sobre
31 drogas e o secretariado do governo do Estado. A OAB informou que nessa
32 reunião foi feita apresentação sobre a atual conjuntura da região e informaram
33 sobre como será realizado o projeto conjunto com o Governo do Estado, que
34 juntará os programas Recomeço (do governo do estado) e Redenção (da
35 prefeitura da cidade de São Paulo). Foi lhes dada a missão de que fosse



36 realizado diálogo com os conselhos de arquitetura e urbanismo e outros
37 conselhos da área da saúde, a fim de discutir a respeito dos diversos aspectos
38 daquela região. Houve pontos de consenso, quando este CRP fez um elenco
39 histórico dos últimos anos da região da Luz e Campos Elísios (Cracolândia),
40 trazendo as atividades realizadas na região e os programas. Assim, este
41 Conselho explanou sobre os programas De Braços Abertos e Recomeço e
42 pontuou o que é necessário que seja esclarecido a respeito do programa
43 Redenção. Indicou-se também que os Conselhos profissionais somente podem
44 se implicar com o programa Recomeço se tiverem conhecimento real sobre os
45 projetos tanto do governo do estado, quanto da prefeitura. Marcos da Costa,
46 presidente da OAB SP, garantiu que o prefeito não apresentou as linhas de
47 delineamento do programa do projeto para aquela região e que ele pretende
48 construir um processo comum. Resume que, basicamente o CRP SP e o
49 CREMESP apontaram alguns pontos de discordância com relação à ideia de se
50 pensar em uma política de drogas cujo atendimento à pessoa em situação
51 problemática de uso se pautasse exclusivamente no binômio de internação e
52 abstinência. Este CRP apontou também alguns problemas na aplicação da atual
53 Lei sobre Drogas, que causou o aumento do encarceramento nos últimos anos.
54 Alguns dos conselhos profissionais se restringiram à discussão às questões que
55 se relacionam com a profissão que representam, como por exemplo: o COREN
56 (Conselho Regional de Enfermagem) defendeu que se tenha uma rede de
57 estrutura, sobremaneira, de retaguarda; e o Conselho de Arquitetura e
58 Urbanismo discutiu o processo de gentrificação que ocorre nas disputas naquele
59 espaço, com a especulação imobiliária. Outra questão levantada por este
60 Conselho são as ingerências do governo do Estado e da Secretaria de
61 Segurança Pública, que traz a urbanização da área sob a justificativa de
62 revitalização. E, dessa forma, quem sustentou o posicionamento político foi o
63 CREMESP e o CRP SP, trazendo a importância da utilização de práticas
64 reconhecidas e que tenham comprovadamente resultado, falando sobremaneira
65 a respeito das estratégias da redução de riscos e danos, apontando os receios
66 com relação ao uso de metodologia de abstinências e internações, sejam elas
67 voluntárias ou compulsórias, que é uma medida de segurança renomeada.
68 Relata que essa reunião teve duração de aproximadamente duas horas e meia
69 na sede da OAB, em São Paulo, e o resumo da discussão é que qualquer
70 posicionamento dos Conselhos se dará com a apresentação de um projeto ou,
71 ao menos, de dados pormenorizados pela Prefeitura e pelo Governo do estado.
72 A OAB se propõe a intermediar um novo encontro que tenha a participação de
73 representantes dos órgãos do Sistema de Justiça, como Ministério Público,



74 Defensoria Pública e órgãos do Sistema Judiciário e, que possa ter também
75 representantes do Governo do Estado. O conselheiro presidente pontua que
76 também se suscitou a importância de envolver nessa discussão entidades
77 ligadas ao tema, como o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Coned),
78 Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool SP (Comuda) e o
79 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de
80 São Paulo (CONDEPE). Resume que se tratou de uma reunião convocada pela
81 OAB a pedido da prefeitura e que apenas relataram o encontro que tiveram com
82 a prefeitura. Sondou o CRP sobre a possibilidade dos conselhos realizarem
83 conversas conjuntas para propostas para as políticas públicas. A OAB ficou de
84 repassar uma nova data de reunião, onde espera-se que sejam levados dados
85 palpáveis, que ao menos apresentem o que eles desejam como articulação para
86 o Redenção e Recomeço. Os Conselhos já podem levar propostas, mas como
87 essa primeira reunião foi marcada de forma intempestiva, se valeu dos
88 posicionamentos históricos deste Conselho de Psicologia. Também tratou-se de
89 outros dois pontos, que não eram pontos essenciais da conversa: Unidade
90 Experimental de Saúde e Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. **II)**
91 **PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO NUCLEAR DAS SUBSEDES** – Bruna Lavinias
92 Falleiros expõe que em plenária foi definido que cada subsede deveria indicar
93 um nome para compor o GT que pensará em como operacionalizar a proposta
94 de organização nuclear das subsedes. Foi encaminhado e-mail solicitando a
95 indicação desse nome, que poderia ser do conselheiro coordenador da comissão
96 gestora ou de algum dos membros dessa comissão. No entanto, até o momento
97 apenas duas subsedes responderam com a indicação do nome. Reforça que o
98 próprio grupo, quando formado, pensaria em como seriam realizadas as
99 reuniões, se presenciais ou à distância. Vinicius Cesca de Lima sugere que se
100 indique um prazo para retorno, que pode auxiliar. **Encaminhamento:** As
101 subsedes deverão informar os nomes até o dia 08 de fevereiro. **III) PEDIDO DE**
102 **LICENÇA** - Camila Teodoro Godinho, conselheira secretária, formaliza o seu
103 pedido de licença maternidade ao plenário, informando que está entrando no
104 sétimo mês de gestação. Trata-se de uma questão complicada, pois o plenário
105 assumiu a gestão a pouquíssimo tempo. Passou os últimos dois meses
106 pensando em quem poderia compor a Diretoria e como poderia ser feito esse
107 arranjo. Tendo em vista a licença, indicou o conselheiro Rodrigo Toledo para
108 ingressar na Diretoria, como secretário. Relata que uma questão que envolvia
109 essa indicação sobre os compromissos que ele tinha assumido, como ser
110 membro da Comissão de Ética (COE) e da Comissão de Auditoria e Controle
111 Interno (CACI), ele teria que deixar essas Comissões. Informa que Rodrigo



112 Toledo compõe e plenário como conselheiro suplente e, Camila está se
113 afastando apenas por licença maternidade e não deixando de compor o plenário.
114 Dessa forma, Camila Teodoro Godinho se manteria como conselheira efetiva e
115 Rodrigo Toledo passaria a ser efetivo apenas nesse período da licença
116 maternidade. Relata que já houve três homens compondo a Diretoria deste CRP
117 SP e, nesse sentido, em setembro pode ocorrer à reordenação da Diretoria.
118 Como são atividades que precisará ser feita a transição para que o novo
119 secretário assuma, houve conversa com ele no último dia 02, para que pudesse
120 ser informado ao plenário nesta ocasião e ele assumisse na plenária do dia 18,
121 sendo empossado pelo conselheiro presidente. Camila Godinho participará como
122 conselheira, e não mais Diretoria, dessa plenária. Rodrigo Toledo relata que ao
123 ser sondado por Camila Godinho sobre a possibilidade de assumir a Secretaria,
124 ficou temeroso devido ao grande número de tarefas que devem ser realizadas na
125 função e também por ser novo em gestão do CRP. Mantear-se-á à frente do GT
126 História e Memória. O Núcleo de Sexualidade e Gênero será cuidado pela
127 conselheira Bruna Lavinhas Falleiros e tem dúvida em como ficará o GT da APAF
128 sobre o tema, para o qual ele foi indicado como titular. **Encaminhamento:** O
129 plenário aprovou a licença para a conselheira Camila Teodoro Godinho, que
130 passa a valer após a sessão Plenária Ordinária prevista para o dia 18 de
131 fevereiro. Nessa ocasião, Rodrigo Toledo passará temporariamente a ser
132 conselheiro efetivo e a compor a Diretoria deste Conselho Regional de
133 Psicologia de São Paulo, como conselheiro secretário. **IV) ORGANIZAÇÃO DOS**
134 **COLETIVOS INTERNOS DO CRP SP** - Vinicius Cesca de Lima retomou a
135 discussão deste ponto, informando que se trata de duas discussões: a)
136 Normativa para regularização dos Núcleos; b) Composição dos Núcleos. No que
137 se refere à normativa, o assunto já havia sido previamente pautado na 1944ª
138 Sessão Plenária. Apresentou ao plenário a proposta de normatização que
139 regulamenta o funcionamento de Núcleos Temáticos no âmbito do Conselho
140 Regional de Psicologia da 6ª Região. Acrescenta que não se trata de uma
141 novidade ao plenário, uma vez que a minuta da norma já havia sido
142 disponibilizada nos meses de outubro e novembro para considerações deste
143 plenário. A partir das contribuições recebidas durante essas semanas, sete
144 pontos foram alterados: **4.1) Ementa** - Informa que a primeira versão da minuta
145 que foi feita e encaminhada para assessoria jurídica tinha exatamente a redação
146 que Márcio Magalhães sugeriu para a Ementa da Resolução, no entanto, o
147 Parecer apontou problemas nesta formulação, que é o que sustenta a proposta
148 que foi trazida ao plenário. Segundo o Parecer Jurídico PH 28/16, “O art. 6º, §
149 1º, do Regimento Interno deste Regional não prevê a criação de Núcleos



150 *Temáticos e sim a criação de Grupos de Trabalho ou Comissões Temáticas.*
151 *Entretanto, o nomen juris não é relevante, mas a natureza jurídica. Dessa feita, o*
152 *artigo primeiro do ato normativo deve indicar expressamente a criação do Núcleo*
153 *Temático com a definição e conseqüente indicação da sua natureza jurídica*
154 *(Comissão, Grupo de Trabalho), além das atribuições ou competências...”,*
155 *assim, a Resolução deve criar os núcleos, ela não apenas regulamenta o*
156 *Núcleo, ela deve criá-los e nomeá-los, inclusive. Quanto à natureza jurídica,*
157 *entendeu-se que a mais adequada é Grupo de Trabalho, para não confundir com*
158 *as Comissões que o CRP já possui, como Comissão de Ética (COE), Comissão*
159 *de Orientação e Fiscalização (COF), Comissão de Direitos Humanos (CDH),*
160 *Comissão de Políticas Públicas (CPP), Comissão de Auditoria e Controle Interno*
161 *(CACI) e Comissão de Processos Legislativos (CPL). **4.2) Art. 1º** - Deve*
162 *expressar o exposto na Ementa e, por isso, a proposta apresentada por Marcio*
163 *Magalhães (“Art. 1º “Núcleos Temáticos” são órgãos colegiados com a atribuição*
164 *de assessorar e executar as decisões do plenário, da diretoria e das comissões*
165 *permanentes do CRP-06 no tema sob sua responsabilidade não daria conta,*
166 *conforme Parecer Jurídico”) não contemplaria. Por isso, Vinicius Cesca de Lima*
167 *defende a manutenção da proposta original “Art. 1º CRIAR, no âmbito das*
168 *comissões permanentes de direitos humanos e de políticas públicas do*
169 *Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-06), grupos de trabalho*
170 *denominados “Núcleos Temáticos”, órgãos colegiados com a atribuição de*
171 *assessorar e executar as decisões do plenário, da diretoria e das comissões*
172 *permanentes do CRP-06 no tema sob sua responsabilidade.” Márcio Magalhães*
173 *informa que a redação que propôs foi pensando que não seriam criados os*
174 *núcleos, mas pelo exposto pelo conselheiro tesoureiro, irá constar nominalmente*
175 *quais serão criados. Vinicius Cesca explica que a Resolução não pode apenas*
176 *dizer que se criam núcleos, ela deve expressamente indicar quais núcleos estão*
177 *sendo criados. Então, quando decidir-se pela criação de um novo núcleo ou pela*
178 *exclusão de outro, será necessário alterar a Resolução, expressando essas*
179 *mudanças, em nome do princípio da publicidade, inclusive. Ter um ato normativo*
180 *que cria e depois altera, eventualmente, a relação de instâncias criadas. É um*
181 *problema que precisa ser resolvido de várias maneiras, por exemplo, a*
182 *Comissão de Auditoria e Controle Interno, é uma Comissão com uma falha grave*
183 *do ponto de vista normativo, pois em nenhum ato está expressa a sua*
184 *existência. É uma Comissão que está assinando parecer sobre a Prestação de*
185 *Contas, mas que juridicamente, não existe. O mesmo ocorre com a Comissão de*
186 *Políticas Públicas, o que deve ter resolvido em algum momento. Questiona-se se*
187 *não seria possível na Resolução apenas criar a instância dos Núcleos, mas os*



188 núcleos serem nomeados através de Portaria ou algum outro instrumento.
189 Vinícius Cesca de Lima exemplifica que a CACI, quando foi composta pela
190 primeira vez, foi por meio de Portaria, e o Parecer Jurídico foi de que não tem
191 validade, pois Portaria não é o instrumento de criação de instâncias, esse
192 instrumento é a Resolução. Portanto, a Portaria não bastaria. **4.3) Classificação**
193 **dos Núcleos e vinculação à CPP e à CDH** - A proposta original era de
194 classificar os núcleos em dois grupos - setoriais e defesa de direitos, sendo os
195 primeiros vinculados à CPP e os outros à CDH, com nomeação dos núcleos
196 criados. Foram feitas diversas propostas de alteração do texto, que suprimiria
197 essa classificação e criaria os núcleos sem vinculação à CPP e à CDH.
198 Considerações do plenário: 1) Explica-se que quando isso foi proposto, na
199 Plenária Ordinária 1944, a ideia era transversalizar as pautas, porém, pensando
200 nessa classificação, ela acaba sendo arbitrária, pois os temas estão
201 relacionados tanto com políticas públicas como com defesa de direitos. Entende-
202 se também que essa divisão gera muita hierarquização, o que dificultará o
203 trabalho dos Núcleos. Então, defende-se que não haja essa classificação e que
204 os Núcleos tenham membros tanto na CPP quanto na CDH, o que garantiria a
205 transversalidade, mas também uma maior autonomia. Defende que os Núcleos
206 respondam diretamente à plenária e à Diretoria em caso de demandas mais
207 urgentes. 2) Questiona-se sobre ações que foram pensadas pelas subsedes que
208 ocorrerão em seus territórios, se o Núcleo poderá fazer propostas e alterações.
209 3) Reforça-se o questionamento anterior no sentido de que se não se
210 compreender como será a operacionalização, mesmo que se trata de outra
211 pauta, não se conseguirá deliberar sobre o documento. Se o Núcleo fará a
212 gestão de uma ação que a Subsede planejou, como que a Subsede saberá o
213 custo da ação e se questiona, neste documento que se tem que deliberar, onde
214 está disposto que haverá essa gestão dialogada, para que se tenha isso
215 garantido e possíveis conflitos políticos não atrapalhem a execução do que foi
216 planejado no plano de ação. 4) Solicita-se ao plenário tenha o cuidado com
217 essas pautas, pois pode-se aprovar coisas que tomam outros caminhos depois e
218 fica a sensação de que não se tem a clareza sobre a questão, e o esforço sobre
219 o rigor e transparência se perde. 5) Indica-se que a partir do momento em que se
220 garante, de fato, que todas as subsedes estejam representadas em todos os
221 núcleos, será possível tratar da questão de transposição de ação de Subsede
222 cujo gestor do centro de custo seja o núcleo. Antigamente se tinha muito mais
223 gente da Região Metropolitana nos Núcleos e, por isso, as discussões das
224 subsedes ficavam negligenciadas, o que se resolveria com a distribuição
225 equânime de membros. Por isso, é importante que não se perca o foco quando



226 se for falar da composição dos núcleos. 6) Defende-se a proposta de que se
227 extinga a divisão dos núcleos, pois considerando a natureza do trabalho do
228 CRP SP, nem tudo que é feito se enquadra em defesa de direitos ou de políticas
229 públicas. Apenas uma parte do que é feito em saúde, por exemplo, é Política
230 Pública. Por essência este é um conselho de profissão e tem outras questões
231 para além das políticas públicas, por exemplo. Assim, é uma questão que pode
232 gerar problemas junto à categoria, pois a exclui em grande parte. Defende que o
233 CRP SP se posicione quanto às suas defesas de políticas públicas e de direitos
234 humanos, no entanto, algumas ações tem dimensão diversa. Explica que no seu
235 entendimento, esse modelo havia sido aprovado de forma temporária e que,
236 após, se voltaria a discutir. Não se sente à vontade para manter a proposta
237 original e entende que cabe reflexão a respeito desse ponto. 7) Pontua-se que
238 cada núcleo terá um centro de custo que já está provisionado, mas considerando
239 que podem aparecer demandas não previstas, questiona se é possível ter um
240 valor destinado a essas questões. Vinicius Cesca de Lima, em defesa a proposta
241 original, comenta que não há uma hierarquização proposta no sentido de cadeia
242 de comando, tanto que da maneira como está colocada, as especificidades
243 desses temas seriam de competência dos núcleos relacionados e as Comissões
244 fariam o debate transversal, ou seja, não há comando da Comissão em relação
245 ao Núcleo. A atribuição de instância executiva é de reforçar o caráter de que o
246 Núcleo tem corresponsabilidade no tema. As Comissões são permanentes, os
247 núcleos são conjunturais. A despeito de ter uma Resolução que os cria, que dá
248 mais solidez a eles do que somente um registro de decisão da plenária, os
249 núcleos só existem se houver essa decisão do pleno. Reforça que essa
250 vinculação dos núcleos, é algo que já foi deliberado em plenária e que, inclusive,
251 foi utilizado para a lógica do Planejamento Estratégico e do Centro de Custo.
252 Esclarece que em qualquer modelo, os núcleos não serão instâncias
253 deliberativas, pois a única instância deliberativa do CRP SP é o plenário, sendo
254 que o Regimento Interno reconhece outras instâncias deliberativas, mas que são
255 externas ao CRP, que são a APAF – Assembleia de Políticas, de Administração
256 e das Finanças e o CNP – Congresso Nacional da Psicologia. Baseados pelas
257 diretrizes passadas pelas três instâncias deliberativas, os grupos podem ter sua
258 autonomia de execução ancorada às diretrizes. Do ponto de vista da
259 governabilidade da gestão, o que já foi aprovado é que os Núcleos serão eles
260 mesmos gestores de Centros de Custo, na lógica de valorizar os núcleos
261 enquanto instâncias que cuidam do tema. A respeito do questionamento das
262 ações que foram planejadas por subsedes, mas que tem seu centro de custo
263 gerido por algum Núcleo, explica que se trata de outra pauta, mas esclarece que



264 o que foi aprovado é que haja uma gestão compartilhada, então a ideia é que
265 não seja nem o Núcleo nem a Comissão Gestora que definam por conta própria.
266 Há necessariamente um compartilhamento da responsabilidade: a
267 responsabilidade temática e a responsabilidade territorial dialogam entre si e
268 constroem a ação. Informa ainda que não é este o instrumento que regulará a
269 forma de utilização do Centro de Custo, que diz respeito à forma de gestão do
270 Plano de Ação, da gestão financeira. Isso estará previsto em uma Instrução
271 Normativa, que é um instrumento previsto no Regimento Interno, que indica a
272 forma de se operacionalizar uma norma. O Regimento atribui à Diretoria a
273 expedição desse documento. Retoma que não haverá gerência da CPP e CDH
274 sobre os núcleos, assim, a proposta não é cadeia de comando, mas tanto para
275 que possam levar suas pautas, quanto facilitar a discussão de pautas
276 transversais e também para que esse espaço que discute o que é mais
277 transversal possa subsidiar os Núcleos para depois fazerem seus debates
278 específicos. Sobre se tratar de uma decisão temporária de divisão dos núcleos
279 setoriais e de defesa de direitos, respectivamente, ligados à COF e a COE,
280 informa que está com a ata que deliberou a questão em mãos e o que consta é
281 que o plenário aprovou o modelo proposto. Sobre o questionamento sobre a
282 possibilidade de reservar uma verba para ações não planejadas, explica que o
283 orçamento distribui como despesa tudo o que é previsto enquanto receita, assim,
284 da forma como foi organizado não existe sobra de dinheiro. Porém, é possível
285 remanejar recurso de uma ação a outra. É possível, a qualquer momento, fazer
286 remanejamento, na medida em que for avaliado a necessidade de provisionar
287 mais recursos ou que sobrar dinheiro em determinado centro de custo ou a
288 necessidade de fazer uma ação que não foi orçada. Ressalta, porém, que essa é
289 uma decisão que deve ser tomada em plenária, deixando claro de qual rubrica
290 está sendo retirado o valor e para qual este valor será destinado. Novas
291 considerações do plenário: 1) Pontua-se que esta discussão não é pertinente
292 neste momento, pois abrange muito mais uma questão relacionada ao centro de
293 custo, que já foi superada, do que da composição dos Núcleos. 2) É importante
294 que haja a transversalização. Assim, como o CRP pode dialogar com as políticas
295 públicas e com as políticas de âmbito privado. Quanto mais transversalizado,
296 melhor se conseguirá atender à proposta. 3) Entende-se ser um equívoco
297 manter a proposta da forma como está. 4) Comenta-se que o documento ficou
298 disponível para contribuições durante muito tempo e se está incluindo novas
299 contribuições neste momento, o que desgasta o debate. Vinicius Cesca de Lima
300 explica que não se trata de algo permanente, pois o que é permanente, o
301 plenário não pode deliberar sobre. A Resolução não tem o objetivo de garantir



302 permanência, mas garantir a legalidade. Não pode haver uma instância
303 funcionando, sem que esta tenha sido criada por Resolução. Cita como exemplo
304 que há uma Resolução que diz quanto se cobrará por etiqueta no caso de mala
305 direta, pois não se pode cobrar o recurso de alguém, sem que haja um
306 instrumento que normatiza como funciona. Manter uma Comissão de Auditoria e
307 Controle Interno funcionando sem normativa é irregular do ponto de vista da
308 gestão pública, assim como um Núcleo. Apresentam-se as propostas para
309 Proposta 1: Classificação dos Núcleos em Setoriais e De Defesa de Direitos,
310 com vinculação, respectivamente, à CPP e CDH. Proposta 2: Suprimir a
311 classificação dos núcleos em setoriais ou de defesa de direitos, vincular os
312 núcleos às Comissões permanentes de Políticas Públicas e Direitos Humanos,
313 sem classificação. Encaminhamento: Com 13 (treze) votos, o plenário define
314 pela Proposta 1. A Proposta 2 teve 3 (três) votos e houve 4 (quatro) abstenções.
315 **4.4 - Classificação dos componentes** - A proposta original era classificar em
316 membros, colaboradores e convidados os integrantes dos Núcleos. Vinicius
317 Cesca de Lima explica que somente transpôs a classificação utilizada pelo
318 plenário anterior, trazendo a formalização para aquela prática. No entanto, houve
319 sugestão deste plenário de que todos fossem considerados membros. Assim,
320 retira a proposta original e contrapropõe que se tenha a classificação de
321 membros e de convidados, que seriam representantes institucionais e não-
322 psicólogos e que podem ser convidados a participar das atividades do núcleo
323 sempre que necessário. Considerações do plenário: 1) Indica-se que uma vez
324 que já não haveria sentido em ter a nomenclatura “convidado”, uma vez que sua
325 participação já se daria mediante convite, o que ocorreria mesmo sem a
326 definição em Resolução. 2) Pontua-se que para não-psicólogos pode haver a
327 previsão de “colaborador”, uma vez que embora não sejam parte da categoria,
328 agregam ao debate. 3) Questiona-se se essa figura de “colaborador” teria uma
329 periodicidade de participação nas atividades do núcleo. 4) No documento
330 proposto, havia a previsão de “colaboradores eventuais”, que teriam uma
331 participação maior que convidados e os “membros” que são pessoas fixas nos
332 núcleos. Sugere-se que seja mantida a figura desses colaboradores. 5)
333 Questiona-se se for prevista somente a figura do “membro”, se não-psicólogos
334 não poderiam se enquadrar como membros; se for mantida a figura do
335 colaborador, se haveria necessidade de referendar os indicados nessa condição
336 em plenária, também se poderia ter um colaborador de mesma região onde já há
337 a indicação de membro. Proposta de encaminhamento: manter duas
338 classificações, membro, que entrará na lógica da representação de cada região,
339 e colaborador, que são para representações institucionais e não-psicólogos. O



340 participante eventual é convidado, mas não precisa ter previsão em Resolução.
341 Novas considerações do plenário: 1) Diante da proposta, defende-se que haja a
342 previsão de convidado, pois a participação eventual, se for constante, pode gerar
343 questionamentos. 2) Sugere-se que como “colaborar” estejam incluídas as
344 representações institucionais, o não-psicólogo e psicóloga/o especialista no tema
345 (notório saber), para não engessar a composição do Núcleo. **Encaminhamento:**
346 coloca-se para votação as propostas: 1) Ter a classificação de membros e
347 colaboradores, sendo colaboradores representações institucionais, não-
348 psicólogos, que podem participar quantas vezes forem necessárias das
349 atividades do núcleo; 2) Que a Resolução só preveja a figura de membro, que é
350 quem compõe o Núcleo. Os colaboradores e convidados são eventuais e não
351 haveria necessidade de constar em Resolução. Todos serem considerados
352 membros. Em votação, o plenário define, por 12 (doze) votos o exposto na
353 proposta 1 de ter membros e colaboradores, sendo colaboradores
354 representantes institucionais e não-psicólogos. A proposta 2 recebe 1 (um) votos
355 e há 2 (duas) abstenções. **4.5 – Composição de um membro de cada região –**
356 Vinicius Cesca de Lima defende que a composição dos seja engessada, pois
357 somente com a proposta de ter um representante de cada região, os núcleos
358 custarão mais do que algumas subsedes e, se não for rigoroso, cada núcleo
359 poderá custar mais do que a Reunião Plenária. Defende que haja as
360 representações de cada região. Durante a gestão 2013-2016, cada núcleo
361 dispunha de cerca de R\$8.000,00 (oito mil reais) para seu custeio anual e havia
362 uma representação falha das regiões em cada núcleo, tendo a intensa
363 composição de pessoas da região metropolitana. A decisão de garantir que as
364 discussões cheguem nas regiões é a decisão correta, inclusive, havendo esse
365 indicativo da plataforma política e do Congresso no sentido de regionalização.
366 Porém, essa decisão gera um custo e, por isso, projetou-se que todos os
367 membros utilizem transporte rodoviário para as reuniões, que se alternem
368 reuniões presenciais com reuniões à distância. E a projeção é que, assim, cada
369 Núcleo terá recurso de R\$ 20.000 (vinte mil reais) para seu funcionamento no
370 ano. Pontua que caso os núcleos não tenham rigor em seu funcionamento, ou
371 seja, os membros utilizem veículo próprio ou avião para transporte ou avião e
372 todas as reuniões presenciais, o custo do núcleo será de R\$ 80.000 (oitenta mil
373 reais). Entende que há um vício em ver o núcleo como um grupo de estudos,
374 com pessoas com notório saber em determinado tema, no entanto, eles devem
375 ser utilizados para pactuar de agenda e ser espaço de articulação entre regiões.
376 Por isso, a defesa de que se tenham representadas as regiões. Considerações
377 do plenário - 1) Indica-se que em conversa com colaboradoras/es e



378 psicólogas/os renomadas/os, fica claro que a demanda da região metropolitana
379 é muito grande, assim, ter somente um membro da região, seria muito pouco.
380 Está, inclusive, complicado convidar as pessoas da região devido ao receio
381 dessas de que a demanda seja muito grande. Assim, defende-se que se
382 aumento a quantidade de representantes dessa região. 2) Aponta-se que
383 algumas dificuldades de agenda podem impedir a participação de representante
384 de alguma região, assim, que talvez fosse interessante ter mais de um indicado
385 em cada uma delas e limitar o custo, propondo pagar apenas para participação
386 de uma pessoa por região, independente do número de participantes. 3) Há
387 avaliação de que se trata de uma lógica problemática em se aumentar o número
388 de membros da região metropolitana. 4) Questiona-se quantas/os
389 conselheiras/os podem participar de cada região. 5) Sugere-se que, na ausência
390 de representação de alguma região, que se possa compor o núcleo com
391 pessoas de alguma outra região. Vinicius Cesca de Lima pontua que se deve ter
392 como perspectiva a representação das regiões em todos os núcleos, embora em
393 alguns casos possa ser difícil, pois existe demanda desses temas em todas as
394 regiões. Em alguns casos, o que pode ocorrer é dificuldade do CRP em
395 aproximar da categoria em alguns locais. Concorda que se deve ter muitas/os
396 colaboradoras/es na região metropolitana, porém não são os núcleos o espaço
397 para essa atuação, e sim junto à Comissão Gestora Metropolitana. Quanto à
398 questão de ter suplentes, explica que sua proposta prevê essa flexibilização.
399 Quanto a ter mais de um membro de uma mesma região no caso de alguma
400 outra região não ter representante no núcleo, entende possível, mas que não
401 ajudaria a avançar com a discussão na região que não está representada, que é
402 um trabalho que deve ser feito pela Comissão Gestora. Propostas de
403 encaminhamento para votação: 1) Manter proposta original quanto à composição
404 dos Núcleos, tendo um membro de cada subsede; 2) Permitir maior quantidade
405 de membros para a Região Metropolitana. Em votação, o plenário define que,
406 por 16 (dezesesseis) votos, deve ser mantida a proposta 1. A proposta 2 tem 1
407 (um) voto e há 3 (três) abstenções. Tendo vencido a proposta 1, encaminham
408 para segunda votação: se o texto original deverá ser mantido inalterado ou se
409 deve ter acréscimo de texto para determinar a possibilidade de inclusão de
410 membros, no caso de não representação de todas as regiões. Assim, para
411 votação, a proposta incluir o trecho “*Na impossibilidade de cumprimento da*
412 *representação nas 10 subsedes, propostas serão apresentadas e apreciadas em*
413 *plenário.*” tem maioria de votos, com 13 (treze). A proposta de manter o texto
414 inalterado tem 6 (seis) votos e há 1 (uma) abstenção. Neste ponto, o plenário
415 pontua a necessidade de definir se a/o coordenadora/or do Núcleo deverá ser



416 contabilizado como representante da região em que reside. Assim, encaminha-
417 se nova votação: 18 (dezoito) conselheiras/os votam favoráveis a não
418 contabilização da/o coordenadora/or e há duas abstenções. Não há votos
419 favoráveis a contabilização da/o coordenadora/or. **Encaminhamentos:**
420 Conforme votações, o plenário define que deverão estar previstos como
421 membros, na Resolução, 1(um) representante de cada região, incluindo-se a
422 previsão de que “*na impossibilidade de cumprimento da representação nas 10*
423 *subsedes, propostas serão apresentadas e apreciadas em plenário*”. Também,
424 que não será contabilizado como representante da região a/o coordenadora/or
425 que for dessa região. **4.6 – Coordenação adjunta –** Vinicius Cesca de Lima
426 relembra que a proposta original era de que nos Núcleos cuja/o coordenadora/or
427 não fossem conselheiras/os, que pudesse haver a coordenação adjunta de
428 conselheira/o. Então, apresentou-se proposta de que quando a coordenação do
429 núcleo não fosse feita por conselheira/o, que necessariamente, deveria haver
430 uma coordenação adjunta de uma/um conselheira/o, bem como que quando a
431 coordenação já fosse de conselheira/o, que se pudesse, não obrigatoriamente,
432 ter uma coordenação adjunta de outra/o conselheira/o. Assim, informa que
433 sente-se contemplado na proposta alternativa. **Encaminhamento:** Em votação,
434 há 18 (dezoito) votos para a proposta alternativa, de que no caso de a
435 coordenação do núcleo ser realizada por não conselheira/o, necessariamente,
436 ter uma coordenação adjunta realizada por uma/um conselheira/o, bem como
437 quando a coordenação for de conselheira/o, há possibilidade, não obrigatória, de
438 ter uma coordenação adjunta de outra/o conselheira/o. Há 1 (uma) abstenção.
439 **4.7 - Critérios para realização de reuniões -** Vinicius Cesca de Lima apresenta
440 que a proposta original criava parâmetros para a realização de reuniões, sendo
441 os núcleos responsáveis por criar um cronograma que deveria ser aprovado em
442 plenário, que obedecessem aos critérios: ter no mínimo realizar 4 (quatro)
443 reuniões ao ano de cada núcleo e no máximo 12 (doze) – uma ao mês. Devendo
444 alternar reuniões presenciais e à distância, com o mínimo de uma reunião
445 aberta. Entendendo essa reunião aberta como momento de prestação de conta
446 das ações e/ou de planejamento, ou seja, atividades que não se limitassem aos
447 membros e colaboradores do Núcleo. Vieram duas propostas alternativas: 2)
448 Que todas as reuniões sejam abertas e à distância sempre que não houver
449 prejuízo da qualidade da discussão. 3) não definir critérios para a realização das
450 reuniões. Faz defesa da proposta original, pois critérios garantem a
451 transparência do processo e é preciso prestar contas sobre as reuniões dos
452 coletivos, pois gasta-se um valor alto com ajudas de custo para participação dos
453 membros nas reuniões. A ideia da reunião aberta é que cada núcleo possa fazer



454 uma atividade junto à categoria. A defesa de ter reuniões presenciais e à
455 distância é por entender que se deve criar estratégias para garantir sustentação
456 objetiva à intenção política de regionalização, compreendendo a necessidade
457 dessa regionalização, mas levando em conta o impacto financeiro expressivo.
458 Em defesa da proposta 2, Marcio Magalhães pontua que se há garantia da
459 qualidade nas reuniões a distância, conforme proposta 1, não há razão para que
460 não sejam feitas todas nesse formato. Em defesa da proposta 3, Evelyn Sayeg
461 pondera que é necessário rever alguns processos e recursos tecnológicos, no
462 sentido de acompanhar as transformações, inclusive financeiras. Será
463 necessário maior investimento na tecnologia a ser utilizada, e muitas vezes isso
464 se refletirá na qualidade de internet que se tem em cada região. Defende assim
465 que, se for possível fazer a distância, que todas sejam realizadas à distância;
466 realizando presencialmente apenas em caráter excepcional. Considerações do
467 plenário: 1) Questiona-se a razão de ter reuniões presenciais, se há
468 possibilidade de realizar à distância. Sugere-se que se faça um acordo de fazer
469 à distância, mas não colocar na Resolução ou colocar que serão implantada as
470 reuniões à distância gradativamente. 2) Defende-se a proposta original, e a/o
471 coordenadora/or e coordenadora/or adjunto deverá cuidar disso, em relação,
472 inclusive aos recursos disponíveis. 3) Estão sendo discutidas orientações muito
473 importantes para os núcleos, mas entende que tendo o teto de gasto possível
474 para o núcleo, sendo necessário respeitar esse valor, pontua que pode-se deixar
475 aberto para arranjos, que respeitem esses critérios. 4) Questiona-se se situações
476 excepcionais podem ser trazidas ao plenário. Vinicius Cesca pontua que não
477 será admitido estourar o Centro de Custo a partir da data de aprovação do
478 mesmo, isso é uma improbidade administrativa o qual ele não se
479 responsabilizará, assim como fará o possível para que o presidente também não
480 autorize. Havia lógica complicada de ter um centro de custo artificial, mas esta
481 gestão terá um funcionamento diferente. Somente será possível remanejar e,
482 porém, não se pode destinar recursos para atividades que não são precípua,
483 em detrimento de atividades que são. Esses critérios precisam estar explícitos.
484 Propõe como encaminhamento que, considerando que já foi exposto a
485 preocupação de que não se exceda o valor aprovado no Centro de Custo para
486 custeio das ações dos Núcleos, retira a indicação de obrigatoriedade da reunião
487 à distância. A ressalva é que se todas as reuniões forem presenciais, não haverá
488 recurso para as reuniões até o final do ano. No entanto, reforça que se
489 mantenham os parâmetros de realizar de 4 (quatro) a 12 (doze) reuniões por
490 ano, cujo cronograma deve ser aprovado em plenária, e de realizar ao menos 1
491 (uma) aberta por ano. Sobre casos excepcionais, explica que na organização da



492 alocação de recursos para o Plano de Ação de 2017, deixar um fundo de
493 reserva, no entanto, as ações propostas estouravam o orçamento. Portanto, não
494 há recurso para realizar ações emergenciais, mas é possível remanejar, o que
495 deve ser feito em plenária. Aristeu Bertelli da Silva pontua que não trabalhará,
496 em nenhuma hipótese, com a ideia de se retirar recurso de COE e COF para
497 ações políticas e dos núcleos. Encaminha-se para votação a proposta de que o
498 texto da Resolução tenha a seguinte redação: “de quatro a doze reuniões
499 ordinárias no ano com, no mínimo, uma aberta”. **Encaminhamento:** Com 18
500 (dezoito) votos, aprova-se a proposta de redação. Há uma abstenção e nenhum
501 voto contrário. **4.7) Núcleo Psicologia, Comunicação e Mídia** – Evelyn Sayeg
502 informa que a Comissão de Comunicação propõe a supressão do Núcleo de
503 Comunicação e Mídia por ter poucos interessados e poucos recursos. Também
504 foi verificado que algumas ações aprovadas para a Comissão terão um custo
505 maior do que o previsto. Dessa forma, entende que a própria Comissão de
506 Comunicação pode realizar as discussões essenciais do referido núcleo,
507 remetendo ao plenário a discussão. A mesa diretora informa a preocupação com
508 a pauta de Democratização da Comunicação, pois é um tema que não tem sido
509 cuidado pelo CRP há alguns anos. Assim, se a Comissão se comprometer a
510 também ficar responsável por esta pauta, não vê problemas com a extinção do
511 núcleo. Vinicius Cesca de Lima pontua a importância de que o plenário defina a
512 extinção ou não do Núcleo nesta plenária, pois será publicada resolução que
513 informa a criação desse. Caso venha a ser extinto na próxima plenária, será
514 necessário revogar a resolução recém-criada e aprovar uma nova. Coloca-se
515 para votação. Vinicius Cesca de Lima informa que com a decisão de extinguir o
516 Núcleo, há uma verba de R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais) que
517 ficaram livres, pois estariam alocados em uma instância que não existirá. Propõe
518 que os R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) que estavam reservados para
519 realizar debate sobre o tema de comunicação e mídia seja mantido para esta
520 ação, mas que se mude a unidade gestora para a Comissão de Comunicação.
521 Os R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) reservados para custeio do núcleo, propõe que
522 sejam transferidos para outra ação política que está sob responsabilidade do
523 núcleo e que já há indicativo de que foi sub-orçada, que é a construção de um
524 aplicativo. **Encaminhamento:** O plenário define, com 18 (dezoito) votos
525 favoráveis, uma abstenção e nenhum voto contrário, que o Núcleo Psicologia
526 Comunicação e Mídia não será criado. A pauta de Democratização da
527 Comunicação será de responsabilidade da Comissão de Comunicação. Os
528 valores destinados no centro de custo para o núcleo, serão destinados à
529 Comissão de Comunicação, da seguinte forma: R\$ 7.500,00 (sete mil e



530 quinhentos reais) para realizar debate sobre o tema de comunicação e mídia que
531 terá como unidade gestora a Comissão de Comunicação e R\$ 20.000,00 (vinte
532 mil reais) serão transferidos para a ação, cuja unidade gestora é a Comissão de
533 Comunicação, de construção de um aplicativo. **4.8 – Composição dos Núcleos**
534 Vinicius Cesca de Lima indica que não houve tempo para discutir a composição
535 dos núcleos. Dessa forma, solicita que o plenário observe novamente as
536 indicações à luz do que foi discutido nesta plenária. Essa providência fará com
537 que a discussão na Plenária Ordinária seja mais fácil. Camila Teodoro Godinho
538 reforça que, conforme definido nesta plenária, o pleno deve verificar em quais
539 núcleos não há indicação de conselheira/o para coordenação ou coordenação
540 adjunta e realizar tal indicação. Magna Barboza Damasceno convida àqueles
541 que tenham interesse em participar da próxima reunião da Comissão Gestora
542 Metropolitana, quando serão discutidas as indicações da região para os núcleos
543 temáticos, aqueles que não puderem estar presentes, mas que tenham
544 indicações, podem encaminhar por e-mail. **Encaminhamento:** Com as
545 alterações aprovadas nesta plenária, a Resolução que cria os Núcleos deste
546 CRP SP, está aprovada. **V) ASSUNTOS PARA PRÓXIMA PLENÁRIA** – Como
547 não houve tempo hábil para discussão de todos os pontos de pauta desta
548 sessão plenária, o plenário acorda que os mesmos sejam repautados: 1)
549 Recomposições de Comissões Gestoras, Permanentes, Grupo de Trabalho e
550 Coletivos Internos; 2) Composição dos Núcleos; 3) Comissão de Auditoria e
551 Controle Interno; 4) VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário; 5) Participação dos
552 Colaboradores em Reuniões de Núcleos e Comissões na Sede; 6) Avaliação do
553 Planejamento Estratégico; 7) Avaliação do Processo de Trabalho dos
554 Conselheiros; 8) Relatório da Reunião com Secretária Nacional de Promoção
555 dos Direitos Humanos; 9) Representações em Entidades / Órgãos de Controle
556 Social; 10) Comissão de Direitos Humanos. Nada mais havendo a tratar, o
557 senhor conselheiro presidente deu por encerrada a sessão à meia-noite e vinte
558 minutos do dia 04 de fevereiro de 2017, da qual eu, conselheira secretária
559 Camila Teodoro Godinho, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será
560 assinada por todos os presentes. São Paulo, quatro de fevereiro de dois mil e
561 dezessete.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva



Camila Teodoro Godinho

Evelyn Sayeg

Luciana Stoppa dos Santos

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Maria Rozinetti Gonçalves

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Maurício Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto

Rodrigo Toledo
